

**FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DE
UNIÃO DA VITÓRIA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE DIREITO**

UNIÃO DA VITÓRIA - 2009

Objetivos do Curso:

Em consonância com o disposto no art. 43 da Lei nº 9.394/1996 (LDB) e demais dispositivos legais, o Curso de Direito apresenta os seguintes objetivos:

a. Proporcionar situações de aprendizagem a fim de possibilitar ao acadêmico a assimilação dos conhecimentos inerentes ao Direito, desenvolvendo suas habilidades pessoais integralmente, tanto na parte cognitiva como na parte de relacionamento interpessoal.

b. Incentivar o desenvolvimento das potencialidades individuais, propiciando o surgimento de um tipo de profissional atento às mudanças de realidade social, às complexidades do Direito atual e da necessidade de redefinir o conceito de pessoa jurídica e novos sujeitos atores sociais.

c. Apoiar e incentivar a busca do saber científico em toda a sua multiplicidade de formas, desenvolvendo o espírito científico e o hábito do pensamento reflexivo do acadêmico através da socialização dos conhecimentos produzidos e das descobertas realizadas no ambiente acadêmico.

d. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive.

e. Desenvolver projetos de extensão voltados à solução de problemas sócio-culturais, e que culminem por ressaltar o espírito de solidariedade humana.

f. Estimular a criação cultural, a fim de que o acadêmico possa interagir com a realidade do cenário jurídico nacional e da região, reconstruindo o conhecimento pela reflexão prática.

g. Compreender e avaliar os fatos e atos jurídicos, bem como as decisões da Justiça, através de uma visão multidisciplinar, valorizando o trabalho em equipe e integração com as outras áreas do conhecimento.

h. Atingir um padrão excelente de qualidade de ensino, através do comprometimento ante o envolvimento com as questões locais, contribuindo para o desenvolvimento sócio cultural das pessoas moradoras da região.

i. Formar egressos com as seguintes qualificações e competências:

*compreensão das grandes transformações do mundo, da sociedade, do Estado, da economia, que se refletem no Direito;

*capacidade para responder as demandas jurídicas e aos conflitos dos atores sociais, políticos e econômicos locais, sem perder a perspectiva das grandes transformações da sociedade, bem como do processo de globalização e internacionalização do Direito;

*capacidade de tomar decisões e implementá-las no interesse da Justiça, agindo na comunidade, seguindo os princípios da moral e da ética, atuando como agente de transformação em nome da Justiça e da equidade social;

*competência profissional para ingresso no mercado de trabalho, com capacidade de assumir com ética e responsabilidade suas funções, por meio de vivências e conhecimento do funcionamento das organizações no âmbito do mercado de trabalho específico das profissões jurídicas.

j. Pautar o processo ensino-aprendizagem, bem como as atividades extracurriculares, iniciação científica e extensão, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, integrando o Curso de Direito com as demais unidades conveniadas e a comunidade, prestando serviços especializados e estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade.

Número de Vagas:

O curso de graduação em Direito possui um total de 345 alunos matriculados, distribuídos em 08 turmas. Atualmente o curso aproveita 86,25% das vagas ofertadas e autorizadas pelo MEC. A forma de acesso ao curso é por vestibular e pelo PROUNI. No início do período letivo ocorre a divisão em duas turmas iguais e coesas, procurando fortalecer os objetivos da IES e os objetivos do curso presentes em seu Projeto pedagógico. Esta divisão propicia aos docentes cumprirem suas atribuições de ensino com maior eficiência, permitindo aos alunos trabalhos coletivos, discussões, debates, fóruns e júris simulados sem as dispersões presentes em grupos maiores. Oportuno ainda mencionar que existe uma demanda reprimida na região, visto que os índices do vestibular apontam historicamente uma relação de aproximadamente 04 candidatos por cada vaga ofertada, garantindo que o processo de seleção seja um catalisador dos mais preparados e um incentivo aos que estão menos preparados para que se esforcem. União da Vitória é pólo de uma região que abrange 26 municípios da região sul do Paraná e do planalto norte catarinense, num raio de 100 quilômetros, com aproximadamente 600.000 habitantes (IBGE/2007), e 25.000 matrículas no ensino médio (IBGE/2008). No atual ano letivo, o corpo docente é constituído por 26 docentes distribuídos da seguinte forma: 10 docentes horistas (38,46%), 08 docentes com regime parcial (30,77%) e 08 docentes em regime integral (30,77%). No que diz respeito a infra-estrutura da IES é possível identificar a coerência com o número de vagas autorizadas e a estrutura existente, as salas de aulas são grandes e confortáveis, comportam aparelhos auxiliares aos docentes tais como multimídias, TVs, data show's, retroprojetores, DVDs, caixas de som, microfones etc. Existe ainda com o NPJSS (Núcleo de Práticas Jurídicas e Serviço Social) com aproximadamente 200 metros quadrados, destinado aos atendimentos da comunidade pelos acadêmicos matriculados a partir do 7.º período. O NPJSS conta com 06 salas para atendimentos individuais, sala de aula para a prática simulada, com capacidade para até vinte alunos, duas salas de reuniões, além da sala do Coordenador, sala do(a) Advogado(a), sala do(a) Assistente Social e almoxarifado.

Matriz Curricular:

O curso apresenta um currículo voltado para conteúdos essenciais relacionados com a formação humanista e cidadã, integrado à realidade social da comunidade e do profissional da região, proporcionando formação integral para o atendimento das demandas jurídicas, de forma ética e profissional. A matriz curricular está disposta de forma a garantir a efetividade dos objetivos do curso em busca da excelência do ensino, da pesquisa e da extensão, assim como concretizar o perfil do egresso, enquanto profissional habilitado para um exercício ético, crítico e humanista dos ensinamentos teóricos e práticos da dogmática jurídica, fundamentados na responsabilidade social e comprometimento com a realidade local e regional, sem descuidar dos desafios impostos ao Direito no plano das relações internacionais. A matriz curricular é composta de 3880 horas, sendo 3400 horas em disciplinas e orientação de monografia, 320 horas de estágio supervisionado e 160 horas de atividades complementares. A oferta de componentes é realizada de forma semestral, sendo que para o segundo semestre de 2009 há a oferta de 34 componentes curriculares, dos quais 14 componentes seguem a nova matriz curricular e 20 componentes complementam a matriz curricular original do curso, atribuídos a 24 docentes. Relevante identificar que grande parte dos professores trabalha nas áreas de formação e qualificação e/ou nas áreas de atuação profissional e de atuação e produção acadêmica, o que demonstra a preocupação da coordenação e da IES em dimensionar com competência as atribuições docentes, potencializando a excelência de ensino, de pesquisa e de extensão. O currículo do curso de Direito subdivide-se em três eixos interligados de formação fundamental, profissional e prática. No primeiro eixo encontram-se as disciplinas propedêuticas e teórico-reflexivas, nas quais se evidencia a vocação pela interdisciplinaridade e o diálogo do Direito com a Antropologia, Ciência Política, Economia Política, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia, fomentando assim os objetivos do curso e o perfil do egresso a uma postura emancipatória, humanista e de ética social. No segundo eixo estão as disciplinas dogmáticas que fortalecem os pressupostos de conhecimento teórico em sua aplicação no Direito, com atenção especial para a contextualização da legislação, suas finalidades, objetivos e sua eficácia diante da realidade complexa de

mudanças sociais, políticas e culturais, além da invasão substancial da economia no universo jurídico, o que exige um conjunto de componentes que estejam em sintonia com tais problematizações, dentre os quais se inclui necessariamente os conteúdos sobre Direito Constitucional, Administrativo, Tributário, Penal, Civil, Empresarial, Trabalho, Internacional e Direito Processual. O terceiro eixo de formação fomenta a construção prática do educando das ciências jurídicas, em processo dialético com o eixo fundamental e o eixo profissional, especialmente nas atividades relacionadas ao Estágio Curricular Supervisionado, ao Trabalho de Conclusão de Curso e as Atividades Complementares desenvolvendo as habilidades profissionais, argumentativas e sociais que se espera dos egressos do curso de Direito. As atividades complementares têm a intenção de socializar, integrar e incentivar as diversas formas de manifestação cultural. Da mesma forma, as viagens a Penitenciárias e Tribunais de Justiça, assim como palestras, seminários e a semana jurídica, todos voltados para a complementação do perfil do egresso. Sobre o Estágio Supervisionado é importante destacar ainda a carga horária ampla que permite aos acadêmicos um contato efetivo em sua formação acadêmica, possibilitando, acima de tudo, o contato com a realidade através do atendimento a comunidade carente, que faz parte da aprendizagem e que fortalecem as características esperadas do egresso, no sentido de seu comprometimento, habilidade técnico-jurídica e acima de tudo humanista e ética na relação com a sociedade.

Conteúdos Curriculares:

Os conteúdos curriculares são construídos, debatidos e organizados, democraticamente, nos espaços de colegiado com a finalidade de integrar seus conteúdos, ementários e bibliografia com os objetivos do curso, essencialmente a visão técnica e humanista para o exercício ético e cidadão das diversas profissões na área jurídica, capacitando-os para compreender e enfrentar as exigências teóricas e práticas. Da mesma forma, os conteúdos curriculares são estabelecidos na consecução do perfil do egresso, construindo e reconstruindo o conhecimento ao longo do curso, fortemente sustentada pelo diálogo entre conteúdos e componentes e a marcante interdisciplinaridade em suas bases. Portanto, a disposição de conteúdos demonstra coesão e relevância nos componentes iniciais, em que se tratam questões propedêuticas, com sólida formação humanística e de fundamentação crítico-reflexiva. É correto apontar os estudos constitucionais como grande eixo-modulador que perpassa grande parte dos componentes do curso, evidenciando sua projeção e discussão interligada através das disciplinas de: Ciência política e Teoria do Estado, Introdução ao Direito, Economia Política, Fundamentos do Direito Público, Teoria Geral do Direito, Introdução ao Direito Penal, Direito Constitucional I, Hermenêutica Jurídica, Direito Constitucional II, Direito Administrativo I, Teoria Geral do Processo, Relações Internacionais, Direito Processual Penal I, ECA, Jurisdição Constitucional, Direito Tributário I, Direito Internacional Público e Privado, Direito Ambiental, Direitos Humanos. Assim, os conteúdos são estabelecidos em carga horárias compatíveis e suficientes com as atividades que pretendem cumprir, delineando desde sua concepção quais as competências e habilidades que devem alcançar na consecução do perfil do egresso. São as competências: (a) permanente formação humanística, técnico-jurídica e prática, indispensável à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais; (b) conduta ética associada à responsabilidade social e profissional; (c) capacidade de apreensão, transmissão crítica e produção criativa do Direito a partir da constante pesquisa e investigação; (d) capacidade para equacionar problemas e buscar soluções harmônicas com as demandas individuais e sociais; (e) capacidade de desenvolver formas judiciais e extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos; (f) capacidade de atuação individual, associada e coletiva no processo comunicativo próprio ao seu exercício profissional; (g) domínio da gênese, dos fundamentos, da evolução e do conteúdo do ordenamento jurídico vigente, ademais a menção às teorias clássicas das ciências jurídicas, corroboram com as construções de teorias inovadoras dadas as novas concepções do Direito. A intenção do curso na construção dialética do conhecimento, produzindo um ensino firmado na visão crítica do positivismo e na pluralidade jurídica esta direcionado as habilidades: (a) leitura, compreensão e elaboração de textos e documentos; (b) interpretação e aplicação do Direito; (c) pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito; (d) correta utilização da linguagem – com clareza, precisão e propriedade –, fluência verbal e

escrita, com riqueza de vocabulário; (e) utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica; (f) julgamento e tomada de decisões; (g) domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito. Como o curso não pode se sustentar apenas no ensino de sala de aula, as atividades extra-classe são fortalecidas e estimuladas, como momento de reconstrução do ensino de sala aula, esse é o “laboratório” de aprendizagem em que o acadêmico tem função participativa de destaque, eis que auxilia na construção das didáticas e práticas com maior acuidade.

Metodologia:

O curso possui componentes curriculares teóricos e práticos organizados de forma coerente para atingir os seus objetivos e o perfil do egresso proposto. No que diz respeito aos componentes curriculares teóricos, a opção do curso é pela utilização da técnica de aula expositiva, nas suas formas participativa e dialógica, ainda que cada docente tenha liberdade de utilizar outras técnicas de aprendizagem que tenham sido discutidas pelo colegiado do curso e nos processos de formação docente. Há a preocupação com que o ensino transcenda a perspectiva do ensino tradicional, no qual o educando é um mero receptor e repetidor de conteúdos, e o educador assume uma postura de detentor exclusivo do conhecimento. A metodologia de ensino considera a diversidade como característica maior dos sujeitos, evidenciando a educação como momento emancipatório em direção a liberdade que aprecia todo indivíduo como agente de sua transformação. A construção de conhecimento ocorre de forma responsável e a partir da visão de complexidade presente nas relações contemporâneas, o que confirma a necessidade de religação de saberes e de troca de experiências entre disciplinas que não podem permanecer reduzidas e fechadas em si. A perspectiva emancipatória do sujeito somente se confirma a partir de um processo de aprendizagem interdisciplinar, em que o diálogo não ocorra somente entre educador e educando, mas entre educadores e educandos. Ainda é importante destacar que os espaços de aprendizagem dispõem das mais avançadas tecnologias educacionais, com espaços arejados, recursos de multimídia, acesso à internet, luminosidade e sonoridade com alto nível de conforto, o que permite aos educadores um conjunto de ferramentas e instrumentos que promovem técnicas de ensino aprendizagem diferenciadas e motivadoras, em que se percebe a construção coletiva de conhecimento, principalmente na troca de experiências. Estas podem ser realizadas mediante discussões e debates do cotidiano, bem como de exposições de casos reais. O Estágio Supervisionado, enquanto componente curricular prático, é desenvolvido a partir de discussões e de planejamento do colegiado do curso, assim como de grupos específicos de professores da área, procurando fortalecer a formação profissional do acadêmico. É relevante identificar o diferencial do curso nas metodologias da prática jurídica, eis que o tempo de estágio é dividido em dois momentos. No primeiro os acadêmicos são orientados, a partir da explanação do docente responsável, sobre elementos e características das peças processuais, somando-se a atividade prática através da elaboração de peças utilizando as técnicas de estudo de caso e problematização simulada. No segundo momento os acadêmicos são conduzidos ao atendimento a comunidade carente no qual trabalham as dimensões humanitárias e éticas do processo de aprendizagem, além de confrontar os estudos teóricos realizados em sala de aula com a dinâmica dos atos processuais pertinentes. No que diz respeito ao Trabalho de Conclusão de Curso, as orientações de conteúdo são realizadas individualmente com os docentes orientadores e as questões metodológicas são trabalhadas de forma presencial com o grupo de acadêmicos matriculados no componente correspondente. O pressuposto de realização do TCC está expresso na defesa que o PPC faz do caráter crítico de análise das ciências jurídicas, coerente que é com a opção metodológica de iniciação científica e produção de pesquisas que afirmem a interdisciplinaridade e o necessário diálogo entre docentes de formação e disciplinas diferentes. O que se evidencia é a preocupação presente no PPC em afirmar uma aprendizagem comprometida com um ensino crítico e reflexivo, em que os educandos se constroem enquanto cidadãos que possuem um compromisso social no contexto em que vivem, atingindo-se, assim, os objetivos do curso e o perfil proposto para o egresso.

Atendimento Discente:

A coordenação de curso atende os acadêmicos em horários específicos (vespertino e noturno), garantindo que tenham acesso a mesma em momentos distintos de aula. Ainda, estando presente durante as aulas, auxilia o bom funcionamento das atividades docentes e discentes. Há também o acompanhamento psicopedagógico realizado pelo Centro de Apoio Acadêmico (CAA), que procura dar suporte e solucionar dificuldades que os acadêmicos estejam enfrentando, que possam de alguma forma interferir em sua aprendizagem. O atendimento psicopedagógico começa com a entrevista preliminar com a professora Martas Borges Maia, responsável pelo CAA. Nessa entrevista o acadêmico recebe orientações e é encaminhado ao profissional competente, de acordo com a necessidade, seja ela de cunho psicológico, médico-ambulatorial, nutricional, jurídico e/ou pedagógico. Cabe sinalizar que os atendimentos e orientações prestados aos acadêmicos não implicam, necessariamente, em soluções diretas e imediatas para os problemas apresentados, podendo gerar re-encaminhamentos a profissionais competentes para os casos específicos. Outro ponto importante é a orientação para a pesquisa e de extensão, assim como as orientações de Trabalho de Conclusão de Curso. Estas são realizadas em momentos pré-agendados entre docentes e discentes, como forma de patrocinar espaços e horários em que os acadêmicos possam ter acompanhamento de seus estudos e pesquisas. As atividades de nivelamento são desenvolvidas nos três eixos do curso (ensino, pesquisa e extensão). No ensino os docentes do primeiro período do curso são orientados a utilizar suas primeiras aulas com atividades de nivelamento de conhecimento geral e humanístico, no que se destaca o componente curricular de Direito e Linguagem I, no qual se realiza importante aproximação entre realidades de egressos do ensino fundamental de escolas particulares e de escolas públicas, além daqueles acadêmicos que estavam afastados dos bancos escolares e que ingressam no ensino universitário. Ainda dentro da perspectiva do nivelamento no eixo de ensino, é importante dar destaque aos cursos preparatórios de Dependência, que procuram dar suporte aos acadêmicos que não tenham atingidos os graus satisfatórios de aprendizagem nos componentes curriculares e que então são conduzidos ao estudo nesses cursos que funcionam em horários diferenciados, permitindo a continuidade dos estudos normais do curso. No segundo eixo referente a pesquisa, encontram-se os grupos de estudos avançados em que conteúdos e temas tratados em sala de aula são expostos, versados, debatidos com maior propriedade e organizados de forma interdisciplinar pelos docentes coordenadores das atividades, procurando fomentar as discussões teóricas críticas e a produção científica dos resultados das discussões e pesquisas que os acadêmicos realizam em conjunto e/ou individualmente e que são apresentadas em simpósios, congressos e encontros de iniciação científica, além de artigos que são produzidos e encaminhados a publicação. No terceiro eixo que trata da extensão, é cabível a coordenação do curso a oferta de cursos de extensão com base nas avaliações realizadas nas reuniões de colegiado sobre o andamento do Curso ou a partir das necessidades expressadas pelos acadêmicos junto à coordenação ou do corpo docente. Nas atividades pedagógicas e culturais, como a Semana Jurídica e o Encontro de Iniciação Científica, são oferecidos cursos de curta duração direcionados para a complementação do conteúdo e o estímulo à pesquisa. Ainda, segundo a disponibilidade, o corpo docente ministra atividades extraordinárias abordando temas específicos relacionados às disciplinas. Por fim a IES não se preocupa somente com a saúde mental dos alunos, mas também física. Desta forma todos os alunos ingressantes ao estágio obrigatório, a partir do 7.º sétimo período, possuem seguro escolar que cobre qualquer tipo de acidente resguardando assim a integridade física dos mesmos.

Composição do NDE:

O NDE é composto pelo coordenador do curso e por oito docentes, a saber: Alexandre Nicoletti Hedlund, Celso Luiz Nunes (coordenador), Cheila Aparecida Oliveira, Cláudia Mara Pereira Gioppo, Daniella Aparecida Molina Vargas, Eline Maria de Oliveira Granzotto, Elizânia Caldas Faria, Graziela Soares e Marilucia Flenik, perfazendo um total de 32% dos docentes do curso. A partir de sua implantação, o NDE tem tido participação plena na implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso, sendo órgão consultivo e de assessoria aos demais docentes quando da confecção de seus planos de ensino e programação das atividades a serem desenvolvidas. Além disso, qualquer mudança no projeto pedagógico, nos regulamentos de estágio e TCC, nas

normas de funcionamento do Núcleo de Práticas Jurídicas, passa, primeiro, por consulta ao NDE, para posterior aprovação do Colegiado do Curso.

Titulação do NDE:

Os docentes Alexandre Nicoletti Hedlund, Celso Luiz Nunes, Cheila Aparecida Oliveira, Eline Maria de Oliveira Granzotto, Elizânia Caldas Faria e Marilucia Flenik, são mestres, correspondendo a 67% dos integrantes do mesmo. Os demais, Cláudia Mara Pereira Gioppo, Daniella Aparecida Molina Vargas e Graziela Soares, correspondente aos outros 33% dos componentes do NDE, são especialistas.

Formação Acadêmica do NDE:

Os docentes Alexandre Nicoletti Hedlund, Celso Luiz Nunes, Cheila Aparecida Oliveira, Cláudia Mara Pereira Gioppo, Daniella Aparecida Molina Vargas, Elizânia Caldas Faria, Graziela Soares e Marilucia Flenik, são graduados em Direito, perfazendo um total de 89% dos integrantes do NDE. A professora Eline Maria de Oliveira Granzotto é graduada em Psicologia.

Titulação, formação acadêmica e experiência do coordenador do curso:

O Professor Celso Luiz Nunes é Bacharel em Direito pela Universidade Federal de São Carlos. Especializado em Direito Civil e Processo Civil na Fundação de Ensino do Pólo Geoeeducacional do Vale do Itajaí, e Mestre em Direito desde 2003, pela Universidade Federal de Santa Catarina. O Coordenador do Curso foi convidado em fevereiro de 2005 para assumir o Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de União da Vitória (PR). O Coordenador do Curso possui 20 anos de experiência na docência superior, cinco deles na coordenação do Curso desta IES, ou seja, a sua atuação persiste desde a implantação do curso, fazendo com que as suas habilidades pessoais se confundam com as necessidades oriundas de um curso de graduação, ademais possui experiência na Coordenação de Cursos de Extensão essencialmente na elaboração e acompanhamento de Núcleos de Estudos; atua como professor das disciplinas de base no Curso a fim de preparar os alunos no universo jurídico ao qual farão parte. Além de sua experiência docente possui 20 anos de experiência profissional, atuando como advogado de grandes empresas e escritórios de advocacia. O conjunto de suas experiências, profissional e magistério, fazem com que o atual coordenador seja parte integrante e indispensável do Curso de Direito no qual atua.

Titulação do Corpo Docente:

A formação dos profissionais do corpo docente do curso de Direito da IES é sólida e atende às necessidades estabelecidas pelo PPC do curso em sua matriz curricular (que é fundamentado nas Diretrizes curriculares nacionais para o ensino da Direito). Além de sólida formação na área da Direito, com dezenove dos vinte e seis professores bacharéis em Direito (aproximadamente 73%), o restante do quadro é composto por uma interessante multidisciplinaridade que estimula o desenvolvimento do acadêmico, imprimindo pontos de vista profissionalmente diferentes em sua formação. Com relação à titulação, 11 professores (42,3%) são especialistas, 14 professores (53,8%) são mestres e 1 (3,8%) doutor.

Regime de Trabalho do Corpo Docente:

Dos 26 docentes vinculados ao curso de Direito, 8 são contratados em Regime Integral, 30,77%, 8 em Regime Parcial, 30,77%, e 10 são Horistas, 38,46%. Dentre as principais atividades desenvolvidas pelos docentes contratado em Regime Parcial e Integral destacam-se a orientação de Trabalho de Conclusão de Curso, orientação de Estágio Supervisionado, organização de Atividades Extra-curriculares, participação no NDE, Gestão das Atividades Acadêmicas do Curso. Todos os professores, de acordo com sua titulação e tempo de atividades ininterruptas na instituição, estão enquadrados no Plano de Carreira, Cargos e Salários da IES.

Tempo de experiência de magistério superior:

Dos 26 docentes vinculados ao curso de Direito, 11 possuem 5 ou mais anos de experiência acadêmica no ensino superior, perfazendo um total de 42%. Destes, três tem mais de 10 anos de experiência, sendo que o coordenador do curso tem 20 anos de experiência acadêmica no ensino superior.

Tempo de experiência profissional na área jurídica:

Dos 19 docentes com graduação em Direito, 7 tem menos de 5 anos de experiência, 8 tem 5 anos de experiência, 3 tem 10 anos e 1 (o coordenador) tem 20 anos de experiência de trabalho profissional na área jurídica, perfazendo um total de 63%, aproximadamente dos docentes com pelos menos 5 anos de experiência. Na média, o corpo docente com graduação em Direito tem 5,7 anos de experiência profissional jurídica.

Número de alunos por docente equivalente a tempo integral no curso:

O somatório das horas semanais alocadas ao curso dos docentes previstos resulta em 318 horas/aula. Dividindo esse valor por quarenta obtem-se o valor de 7,95 docentes equivalentes em tempo integral. Sendo o número de vagas igual a oitenta, tem-se a relação vagas/docente equivalente a tempo integral do curso igual a 10,1.

Número de alunos por turma em disciplina teórica:

A IES oferece 80 vagas anuais com ingresso no início do ano letivo. São montadas duas turmas iguais, cada uma com 40 alunos. A partir do momento em que a soma do número de alunos de cada turma fica menor ou igual a 50, as turmas podem ser unidas. Mesmo no caso dessa união, ainda permite-se aos alunos a realização de trabalhos coletivos, discussões, debates, fóruns e júris simulados sem as dispersões presentes em grupos maiores. As salas, com 72,9 m², atendem confortavelmente essa quantidade máxima de alunos (50), resultando em 1,50 m² por aluno.

Pesquisa e produção científica:

Os acadêmicos do curso de Direito desenvolvem, desde o ano de 2007, atividades em Grupos de Estudo, desenvolvendo pesquisas bibliográficas que resultam em trabalhos divulgados na Semana de Iniciação Científica da IES. Em 2007 foram inscritos 14 trabalhos, sendo 11 comunicações orais e 3 painéis. Em 2008 foram inscritos 28 comunicações orais e 5 painéis, num total de 33 trabalhos. Já para a próxima Semana de Iniciação Científica, a ser realizada no final do mês de agosto, foram inscritos 17 comunicações orais e 4 painéis. Esses números mostram o envolvimento dos alunos com a iniciação à pesquisa, fomentada pelos docentes do curso, bem como pela política de estímulo a iniciação à pesquisa da IES. Com relação às produções dos docentes do curso, os mesmos têm, nos últimos três (3) anos, uma média de 11,0 produções por docente.

Número médio de disciplinas por docente:

No semestre letivo em curso há a oferta de 34 componentes curriculares, dos quais 14 componentes seguem a nova matriz curricular, implantada a partir de 2008, e 20 componentes complementam a matriz curricular original do curso, implantada em 2005. Esses componentes curriculares estão distribuídos para 24 docentes. Dessa forma a relação de disciplinas por docente fica em 1,4.

Instalações para docentes: salas de professores e reuniões:

A IES possui duas salas de professores, equipadas com computadores com acesso a internet e também com rede sem fio. As duas salas dispõem de poltronas, cadeiras e mesas para que o trabalho do docente tenha a comodidade necessária às atividades desenvolvidas. São disponibilizadas ainda duas salas de reuniões, com (43,5 m² e 12,0 m²), amplas e arejadas para as atividades a que se propõem, cujo uso depende de

agendamento prévio. Para o curso de Direito há ainda uma terceira sala de reuniões (21,5 m²) localizada no NPJSS – Núcleo de Práticas Jurídicas e de Serviço Social, para as reuniões próprias dos orientadores de estágio e de TCC. Todas as salas são adequadamente iluminadas, ventiladas e com as dimensões necessárias ao bom desenvolvimento das atividades do curso.

Gabinetes de trabalho para professores:

A coordenação do curso está instalada em uma sala de 8,0 m², com computador com acesso a internet e acesso a rede sem fio, mesa, telefone, armário para a guarda de documento e demais acessórios pertinentes à sua atividade. Tem também apoio técnico-administrativo. Os integrantes do NDE e os docentes em tempo integral e parcial possuem uma sala específica com 73,0 m², localizada no edifício Sede, também com computadores com acesso a internet, ramal telefônico, acesso a rede sem fio e apoio técnico-administrativo. O atendimento dos docentes também pode ser realizado no NPJSS em seis salas com aproximadamente 6,0 m² cada. Para as Práticas Simuladas existe ainda o auditório com 42 m², para um público de até 25 acadêmicos.

Salas de aula:

Todas as salas de aula estão equipadas com carteiras em excelente estado de conservação e cadeiras estofadas. Possuem cortinas para isolamento de iluminação externa, quadro branco, tomadas para a instalação de equipamentos didático-pedagógicos (TV, DVD, Data-Show, Retroprojetor, etc) e tela de projeção. Possuem ventiladores e iluminação com lâmpadas fluorescentes em quantidade adequada para garantir o conforto dos alunos. As salas, com 72,9 m², atendem confortavelmente, turmas de até 50 alunos, resultando em 1,50 m² por aluno. A boa acústica das salas de aula é garantida pela forma com foram construídas, com pequenas janelas voltadas para os corredores do edifício.

Acesso dos alunos a equipamentos de informática:

A IES possui atualmente 119 computadores para o acesso dos alunos, todos com acesso a internet, distribuídos em cinco laboratórios de informática, biblioteca e sala de orientação de TCC. No turno de funcionamento do curso de Direito (noturno) a IES possui 1213 alunos, resultando numa proporção de um terminal para 10,2 alunos. Se considerarmos o total de matrículas dos cursos em funcionamento na IES, incluindo o período matutino, o total de alunos será de 2347 e a relação fica em um terminal para cada 19,7 alunos. Há, ainda, 680 notebooks cadastrados na intranet da IES.

Livros: bibliografia básica:

out

Antropologia Geral

Ciência Política

Deontologia Jurídica

Direito Administrativo

Direito Agrário

Direito Ambiental

Direito Civil

Direito Comercial

Direito Constitucional

Direito da Integração e Comunitário

Direito da Personalidade

Direito do Consumidor

Direito do Trabalho

Direito e Linguagem
Direito e Sociedade
Direito Eleitoral
Direito Humanos
Direito Intenacional
Direito Penal
Direito Previdenciário
Direito Processual Civil
Direito Processual do Trabalho
Direito Processual Penal
Direito Publico
Direito Tributário
Economia Política
Execução Trabalhista
Filosofia Geral e do Direito
Hermenêutica Jurídica
Historia do Direito
Informática e Direito
Introdução ao Direito
Jurisdição Constitucional
Metodologia Cientifica
Processo Administrativo
Psicologia Geral
Relações Internacionais
Sociologia Geral do Direito
Teoria Geral do Direito
Teoria Geral do Processo
Tutelas Coletivas e Especiais

Essa bibliografia encontra-se distribuída, junto com as demais bibliografias dos outros cursos oferecidos pela IES, numa área de aproximadamente 350 m2. Na biblioteca o acadêmico dispõem ainda de seis salas de estudos em grupo (quatro com 12,2 m2 e duas com 6,9 m2) e uma sala para estudos individuais, com 38,0 m2, contendo 18 box de estudos. Além disso, há ainda um espaço de 385 m2 com mesas, cadeiras e computadores.

Livros: bibliografia complementar:

A média de alunos por turma é de 43,1. A bibliografia complementar do curso, indicada no PPC e nos planos de ensino resume-se em 1320 exemplares e 305 títulos nas diversas áreas do conhecimento vinculadas à formação do bacharel em Direito, todos devidamente atualizados e tombados junto ao patrimônio da IES. Com estes números obtém-se uma média de 4,3 exemplares por título. Assim, para cada turma tem-se a relação média aproximada de um exemplar de cada bibliografia complementar para um grupo de 10 alunos por turma.

As áreas de conhecimento contempladas são:

Antropologia Geral
Ciência Política
Deontologia Jurídica
Direito Administrativo
Direito Agrário
Direito Ambiental
Direito Civil

Direito Comercial
Direito Constitucional
Direito da Integração e Comunitário
Direito da Personalidade
Direito do Consumidor
Direito do Trabalho
Direito e Linguagem
Direito e Sociedade
Direito Eleitoral
Direito Humanos
Direito Intenacional
Direito Penal
Direito Previdenciário
Direito Processual Civil
Direito Processual do Trabalho
Direito Processual Penal
Direito Publico
Direito Tributário
Economia Política
Execução Trabalhista
Filosofia Geral e do Direito
Hermenêutica Jurídica
Historia do Direito
Informática e Direito
Introdução ao Direito
Jurisdição Constitucional
Metodologia Cientifica
Processo Administrativo
Psicologia Geral
Relações Internacionais
Sociologia Geral do Direito
Teoria Geral do Direito
Teoria Geral do Processo
Tutelas Coletivas e Especiais

Periódicos especializados:

A IES possui as assinaturas dos seguintes periódicos correntes, de doutrina jurídica, distribuídos entre as principais áreas do direito:

- Justiça do Trabalho, de periodicidade mensal, do exemplar 2007/277 ao exemplar 2009/36, num total de 31 exemplares;
- Prática Jurídica, de periodicidade mensal, do exemplar 2006/52 ao exemplar 2009/87, num total de 33 exemplares;
- Revista de Direito Social, de periodicidade trimestral, do exemplar 2007/25 ao exemplar 2009/34, num total de 11 exemplares;
- Revista Jurídica, de periodicidade mensal, do exemplar 2007/351 ao exemplar 2009/379, num total de 33 exemplares;
- Revista Jurídica, de periodicidade quinzenal, do exemplar 2005/207 ao exemplar 2009/299, num total de 67 exemplares;

Observa-se a regularidade das cinco assinaturas no período de 36 meses (três últimos anos).

Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades básicas:

O Núcleo de Práticas Jurídicas e de Serviço Social, que foi criado sob as diretrizes da Resolução 9/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Direito, objetiva a capacitação do acadêmico do Curso de Direito em parceria com os alunos de Serviço Social, para o desenvolvimento e desempenho profissional nos vários campos de atuação, bem como promover a transdisciplinaridade. Assim, o NPJSS tem como principal objetivo a institucionalização de uma política de ensino voltada para o aprimoramento das práticas jurídicas, aliados à promoção e social da comunidade local. No NPJSS a metodologia desenvolvida difere das práticas tradicionais da aula expositiva e da avaliação formal. O princípio metodológico dá-se por uma abordagem teórico-prática das peças desenvolvidas, no primeiro momento trabalha-se com casos simulados, os quais permitem uma maior gama de opções para o aprendizado do aluno, o professor orientador trabalha as peças atendo-se ao direito material e processual do caso exposto. Em seguida o aluno é direcionado ao atendimento da população, acompanhados dos docentes dos Cursos e dos Coordenadores do Projeto – um advogado e uma assistente social. O acadêmico faz o primeiro contato com o cliente e em seguida discute com o professor sobre o caso atendido. A medida judicial é iniciada pelo o aluno e este acompanhará todo o processo, incluindo protocolo, petições intermediárias, audiências e demais manifestações. Desta forma o aluno transcende as paredes do NPJ com visitas em fóruns e outros órgãos. Todo o processo é acompanhado por profissional competente e pelo professor orientador, os quais se responsabilizam pelo serviço prestado à comunidade carente. Nesta ótica o aluno não só exercita as peças iniciais, mas todas as medidas pertinentes de uma demanda judicial.

Núcleo de Prática Jurídica: atividades de arbitragem, negociação e mediação:

A arbitragem, negociação e mediação são fatores importantes e indispensáveis no NPJSS da IES, uma vez que os alunos são condicionados a solucionar as lides extra judicialmente e, caso as tentativas de negociações resem infrutíferas, as medidas judiciais são tomadas. Tal procedimento é garantido pela junção dos Cursos de Direito e Serviço social os quais trabalham para o melhor desempenho dos alunos. O cliente chega ao NPJSS e é dirigido ao setor de assistência social. Nele a assistente social faz à primeira abordagem do caso e a triagem social, uma vez comprovada a baixa renda do cliente, condição indispensável para o atendimento gratuito, ele é encaminhado ao setor jurídico. Após entrevista com o mesmo é observado a hipótese de conciliação e a necessidade de um estudo social do caso, ambos podem e devem ser assistidos pela assistente social. Desta forma, pautando-se no Código de Ética e Estatuto da OAB, os acadêmicos aprendem na prática a agirem com ética e coerência, condicionando os problemas dos clientes a soluções pacíficas.